



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Assunto da interpelação e respectivas questões

Sendo Macau um território com inúmeros prédios, o problema das infiltrações de água no interior dos apartamentos tornou-se num motivo de perturbação para os proprietários afectados por esse incómodo. Para o efeito, foi criado o Centro de Interserviços para Tratamento de Infiltrações de Água nos Edifícios, uma estrutura que funciona em regime de colaboração interdepartamental com a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT), o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM), a Direcção dos Serviços de Saúde (DSS), a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça (DSAJ) e o Instituto de Habitação (IH). Coordenado pelo Instituto de Habitação, o referido Centro proporciona um serviço "one stop", no recebimento e tratamento das queixas sobre infiltrações de água. No entanto, segundo a opinião dos proprietários afectados por este problema, a criação do referido Centro não consegue ainda prestar o necessário apoio à população na resolução do problema das infiltrações, de forma rápida e conveniente. O tempo prolongado que esta entidade leva para tratar do problema das infiltrações vem agravar ainda mais o incómodo dos proprietários afectados, resultando em mais distúrbios para o seu quotidiano e em prejuízos materiais ainda maiores, devido aos sucessivos atrasos no tratamento das queixas sem que se consiga resolver a situação. Deste modo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Actualmente, no tratamento do problema das infiltrações de água, cabe ao Instituto de Habitação receber a queixa dos interessados, para



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

depois fazer o acompanhamento do caso através da coordenação do trabalho com outros serviços públicos. Para o efeito, é destacado pessoal para a inspecção *in loco*, com recolha de dados. Depois de descoberta a origem da infiltração, o Instituto de Habitação limita-se ao trabalho da intermediação, notificando o proprietário do apartamento responsável quanto ao resultado da vistoria para lhe sugerir a reparação, representando todo este processo um trabalho extremamente demorado. Nos casos em que o proprietário responsável pela infiltração se recusa a cooperar, a descoberta da origem do problema torna-se ainda mais difícil, sendo de impossível resolução. De facto, o problema das infiltrações de água acarreta incómodos e prejuízos enormes para os proprietários. Por isso, é necessário reforçar e acelerar o funcionamento dos mecanismos de tratamento dessas queixas, através da revisão dos procedimentos, obrigando os proprietários a abrirem as portas para a vistoria e a efectuarem as necessárias reparações, com vista a uma mais rápida resolução do problema. Considerando a urgência e a gravidade desta problemática, vai o Governo assim proceder?

2. Caso os proprietários não consigam chegar a acordo sobre a reparação e indemnização, resta à vítima recorrer a um processo civil para apurar, mediante o tribunal, a responsabilidade da indemnização, uma vez que o Governo não irá penalizar os indivíduos que estiveram na origem do problema. Se o valor não exceder as cinquenta mil patacas, a vítima pode empregar o processo referente a pequenas causas, no qual deduz a sua acção, sem que haja necessidade de contratar advogado. Caso o valor da causa exceda a referida quantia, então é necessário contratar advogado.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Hoje em dia, são inúmeros os processos acumulados nos tribunais de Macau e o respectivo tratamento exige tempo. Se o processo demorar muito sem chegar ao seu termo, não só irá conduzir a uma situação frequente de esbanjamento de esforços e dinheiro, mas a vítima vai continuar também numa situação difícil devido ao arrastamento. Com vista a surtir efeitos dissuasores e a permitir que o incidente seja tratado o mais rápido possível, livrando, quanto antes, a vítima do calvário devido às infiltrações, o Governo deve tomar por referência o método empregue na região vizinha, no sentido de introduzir sanções cuja multa, calculada diariamente, é acumulável para os indivíduos que não efectuem atempadamente as reparações, sempre que esteja confirmada a fonte de infiltração. O Governo vai fazer isso?

3. Quanto ao tratamento das queixas dos residentes sobre infiltrações, os serviços competentes efectuaram alguma revisão para apurar se os equipamentos, recursos humanos ou até o nível de profissionalização das suas equipas são suficientes, para, em tempo oportuno, tratar e dar acompanhamento preciso às queixas, a fim de solucionar o mais rápido possível os problemas de entupimento e infiltrações nos prédios?

19 de Julho de 2012.

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM, Chan Wai Chi